

VALORAÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DOS MÉTODOS DE VALORAÇÃO CONTINGENTE E PREÇOS HEDÔNICOS.

**Bruna de Oliveira Alves¹,
Joana D’Arc Bardella Castro².**

¹ Graduanda do curso de Ciências Econômicas do Campus Anápolis de CSEH/UEG.

² Doutora em Economia pela UnB e Docente da Universidade Estadual de Goiás.

Introdução

Recursos ambientais são desprovidos de valor monetário, são bens públicos, ou seja, estão à disposição para que a coletividade usufrua. As áreas verdes como praças, parques e canteiros são importantes e benéficas a todos, sua existência além de garantir ao indivíduo o bem-estar contribui para amenizar as externalidades negativas causadas pela poluição do ar.

Os métodos de valoração econômica surgem para contribuir com estudos relacionados à economia do meio ambiente e assim, poder mensurar o valor econômico de determinado bem ambiental. O Método de Valoração Contingente (MVC) visa atribuir valor a um recurso ambiental através de um mercado hipotético. O Método de Preços Hedônicos (MPH) busca analisar a importância que esse recurso ambiental tem no momento da escolha do imóvel e verificar qual sua relevância no preço final desse bem.

Dessa forma, o objetivo do estudo consiste em comparar os métodos de valoração ambiental: os métodos de valoração contingente e preços hedônicos.

Referencial Teórico

As discussões a respeito do meio ambiente no contexto urbano iniciaram-se com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente no ano de 1972 em Estocolmo, Suécia, (LAGO, 2007). A presença de áreas verdes nos grandes centros urbanos tem ligação direta com a qualidade de vida da população, afeta a saúde física e mental do indivíduo. Os parques e praças garantem à população um espaço destinado ao lazer e bem estar, (LOBODA; DE ANGELIS, 2005).

De acordo com Gomes et al (2003), a localização dos parques e praças está diretamente ligada à questão imobiliária no sentido que, à medida que existem áreas verdes nas proximidades das residências, as mesmas tendem a ter uma valorização em seu preço. Isso

ocorre pelo fato do indivíduo estar à procura de um modo de vida mais saudável e assim, disposto a pagar mais pelo bem - estar que a praça ou parque irá proporcionar.

A teoria econômica acredita que cada indivíduo é capaz de fazer escolhas que lhes proporcione maior bem estar. A valoração econômica sustenta que as preferências individuais são expostas no momento em que o indivíduo se depara com um cenário onde precisa tomar decisões relacionadas à melhor maneira de alocar recursos, (BARZEV, 2002).

Valorar economicamente recursos ambientais compreende em agregar valor monetário a um bem natural em relação aos outros bens existentes na economia. O bem natural não tem preço definido, diferentemente de outros bens e serviços, (MOTTA, 1998).

Para Motta (1998) o propósito de valorar um bem ambiental é estabelecer o Valor Econômico do Recurso Ambiental (VERA) e é decomposto em: valor de uso e valor de não uso. O valor de uso subdivide-se em: Valor de Uso Direto (VUD), o consumo é direto e há uma utilização atual; Valor de Uso Indireto (VUI), o valor atribuído ao recurso ambiental deriva das funções do ecossistema; Valor de Opção (VO), valor atribuído pelos indivíduos em preservar recursos ambientais que estão ameaçados para que dessa forma, haja usos diretos e indiretos posteriormente; Valor de Não-Uso (VNU) ou Valor de Existência (VE), um valor independente da relação com o ser humano e não está relacionado ao uso e sim ao seu valor de existência. O VERA pode ser expresso a partir da seguinte formula (Equação 1):

$$VERA = (VUD + VUI + VO) + VE \quad (3)$$

Para Motta (1998) os métodos de valoração são classificados em métodos da função de produção e método da função de demanda. O Método da Função de Produção é utilizado para um mercado de bens substitutos, os Métodos da Função Produção são:

- Método Dose-Resposta – MDR: Motta (1998) afirma que o MDR através de funções dose-resposta, estabelece uma relação entre a variação do nível da qualidade do bem ambiental e o nível dos danos causados a ele, pela produção de algum bem ou serviço.
- Método de Custos Evitados – MCE: refere-se aos gastos da utilização de bens substitutos a partir do momento em que há alteração do bem ambiental, desse modo, é um mecanismo de valoração do recurso natural. À medida que a utilização do bem ambiental é de

alguma forma prejudicial ao indivíduo, este vai à busca de bens substitutos ou complementares, (BARCELLOS, 2013).

- Método de Custo Oportunidade – MCO: tem como finalidade estabelecer um valor monetário para o bem natural a partir de possíveis produções e renda que uma atividade econômica geraria no local em que o recurso ambiental esta instalado, (BARCELLOS, 2013).

- Método de Custo Reposição – MCR: fundamenta-se na ideia do custo para restaurar o bem ambiental que foi danificado, este custo é tido como um benefício, uma vez que, para a sociedade os benefícios são maiores que os custos, (PEARCE, 1993).

No Método da Função Demanda, quando há alteração da disponibilidade de um bem ambiental, há também uma modificação na DAP do consumidor. Os métodos são:

- Método de Valoração Contingente – MVC: tem como premissa a ideia de que o consumidor tem suas preferências e restrição orçamentária e com isso elas revelam sua disposição a pagar (DAP) por determinado bem ou serviço, ou a disposição a aceitar (DAC) uma perda. Para conhecer qual a DAP de cada indivíduo é necessário o questionamento direto a uma amostra da população, a partir de um mercado hipotético. Por meio de surveys (entrevistas) será possível conhecer as preferências de cada indivíduo a respeito do bem ambiental. É o único capaz de encontrar o Valor de Existência, (FARIA; NOGUEIRA, 1998).

- Método de Preço Hedônico – MPH: Nogueira et al, 2000 declaram que o MPH objetiva conhecer as peculiaridades de um bem privado. Dessa forma, é possível verificar atributos que sejam complementares ao bem ou serviços ambientais a assim, avaliar o preço implícito dos atributos. O preço hedônico é toda alteração no valor de um bem, que é causada pela modificação de algum atributo nele inserido. A decisão de pagar um valor mais alto devido à presença de algum atributo particular representa seu preço hedônico, (ANDRADE e MAIA, 2007).

- Método de Custo de Viagem – MCV: expõe o valor monetário total utilizado para usufruir das áreas verdes. Gastos referentes a transporte, alimentação, etc. O Método de Custo de Viagem tem por finalidade estimar o valor do benefício existente em áreas verdes a partir da recreação, utilizando o gasto e o tempo para chegar ao local escolhido, (FRITSCH, 2005).

De acordo com Finco (2004), Métodos de Valoração Ambiental são importantes para obter valores para os bens ambientais. É importante que esses valores sejam estimados para que possa ser uma ferramenta para os órgãos responsáveis utilizarem como base para implantações de políticas voltadas para a conservação do bem ambiental.

Metodologia

Utilizou-se a pesquisa bibliográfica para obter dados a respeito da valoração ambiental e seus métodos. O método utilizado foi o qualitativo.

Resultados e Discussões

Tanto o MVC quanto o MPH tem o objetivo de atribuir um valor monetário ao atributo ambiental através da importância dada pelo indivíduo a ele, ambos se caracterizam por usarem preços de mercado. As diferenças encontradas nos métodos de Valoração Contingente e Preços Hedônicos é o fato que o MVC busca conhecer o valor do atributo ambiental por meio de um questionamento direto ao indivíduo, através da disposição a pagar e dessa forma, verifica a importância dada ao bem, assim como seu valor de existência; já o MPH busca encontrar o valor do bem ambiental por meio dos imóveis e não é possível conhecer seu valor de existência.

Conclusão

A partir do estudo é possível perceber a importância de valorar um bem ou serviço ambiental para que dessa forma, autoridades possam verificar o quão importante ele é para os indivíduos e com isso, tomar decisões que beneficiam a população. Os métodos de Valoração Contingente e Preços Hedônicos são os mais utilizados para obter o valor monetário do bem ambiental.

Aplicar o MPH é importante, pois apresenta qual a relevância do atributo ambiental no valor final dos imóveis situados próximos a ele, entretanto pode-se concluir que o MVC ao ser aplicado, tem um resultado mais satisfatório pelo fato de revelar a Disposição a Pagar (DAP) do indivíduo e ser o único capaz de detectar o valor de existência do recurso.

Referências

ANDRADE, M. O; MAIA, M.L.A. Aplicação do modelo dos preços hedônicos para avaliação

da influência da acessibilidade ao transporte público sobre o preço da terra urbana. In: XXI ANPET - Congresso Nacional de Pesquisa e Ensino em Transportes, Rio de Janeiro, Brazil. Panorama Nacional da Pesquisa em Transportes 2007.

BARCELLOS, D. F. *Proposição de métodos de valoração para avaliação de impactos socioambientais de desastres naturais: o caso das inundações na região serrana do estado do Rio de Janeiro em 2011*. Brasília, 2013.

BARZEV, R. 2002. *Guía metodológica de valoración económica de bienes, servicios e impactos ambientales*. Proyecto para la consolidación del corredor biológico mesoamericano. Serie técnica núm. 4. Managua, Nicaragua. 149 p.

FARIA, R.C.; NOGUEIRA, J.M. *Método de valoração contingente: aspectos teóricos e testes empíricos*. Cadernos para Discussão, série NEPAMA, n. 4 Brasília, 1998.

FINCO, M.V.A. *Valoração Econômica de Zonas Costeiras: O Método de Valoração Contingente Aplicado ao Litoral do Rio Grande do Sul*. Rio Grande, 2004. Dissertação (mestrado) – UFRGS.

FRITSCH, R.M. *Valoração Econômica do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães Utilizando o Método de Custo Viagem*. Dissertação (Mestrado em Gestão Econômica do Meio Ambiente), Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

GOMES, M.A.S; SOARES, B.R. *A Vegetação nos Centros Urbanos: Considerações sobre os Espaços Verdes em Cidades Médias Brasileiras*. Estudos Geográficos, Rio Claros 1 (1): 19-29, junho, 2003.

LAGO, A. A. C. *Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e a três conferências ambientais das Nações Unidas*. Brasil. Thesaurus Editora. 2007.

LOBODA, C. R.; DE ANGELIS, B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. *Ambiência - Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais*, v. 1 n. 1, p. 125-139, jan/jun. 2005.

MOTTA, R.S. *Manual para valoração econômica de recursos ambientais*. Brasília: MMA/IBAMA, 1998.

NOGUEIRA, J. M., MEDEIROS, M. A. A. E ARRUDA, F. Valoração econômica do meio ambiente: ciência ou empirismo? *Caderno de Ciência & Tecnologia*. Brasília, v. 17,n. 2, p.81-115, 2000.

PEARCE D. W. *Economic Values and the Natural World*. 1ª ed. London: 1993.